

ATE III Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

ATE III Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

A Administração da ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A ATE III é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2004, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados do Pará e do Tocantins, proveniente do Leilão ANEEL nº 001/2006.

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2020	2019
Receita operacional líquida	84.970	73.841
EBITDA	74.046	56.379
Margem EBITDA	87,14%	76,35%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	62.682	48.150
Depreciação e amortização	250	211
Resultado financeiro	(2.701)	(2.294)
Imposto de renda e contribuição social	12.815	10.312
EBITDA	74.046	56.379

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ATE III e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A ATE III, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$63 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
ATE III Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ATE III Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATE III Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 1º. de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		Nota Expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativos			(Reapresentado)	(Reapresentado)	Passivos			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<i>Ativos circulantes</i>					<i>Passivos circulantes</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.912	6.850	1.239	Fornecedores		1.425	3.935	1.955
Títulos e valores mobiliários	5	-	45.539	159.489	Taxas regulamentares	8	4.068	3.545	4.244
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		12.519	6.432	10.446	Impostos e contribuições sociais	9	12.102	8.662	5.651
Ativo de contrato de concessão	6	98.246	95.987	92.324	Passivo de Arrendamento	7	270	252	-
Impostos e contribuições sociais	9	2.163	6.451	6.616	Outras contas a pagar		1.837	1.656	1.527
Outras contas a receber		718	1.706	2.366	Total dos passivos circulantes		19.702	18.050	13.377
Outros ativos		919	954	109					
Total dos ativos circulantes		237.477	163.919	272.589	<i>Passivos não circulantes</i>				
<i>Ativos não circulantes</i>					Impostos e contribuições sociais diferidos	10	47.558	46.097	42.429
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		876	817	817	Tributos diferidos	11	41.709	45.924	49.764
Impostos e contribuições sociais		-	-	26	Passivo de arrendamento	7	306	491	-
Depósitos judiciais		4.052	3.911	3.754	Provisão para contingências	13	1.611	1.611	1.454
Ativo de contrato de concessão	6	418.516	463.278	505.729	Outras contas a pagar		972	2.133	2.891
Outras contas a receber		2.064	827	834	Total dos passivos não circulantes		92.156	96.256	96.538
Direito de uso	7	515	695	-	Total dos passivos		111.858	114.306	109.915
Imobilizado		53	37	-	Capital social		448.500	448.500	588.500
Total dos ativos não circulantes		426.076	469.565	511.160	Reserva de lucros		106.350	93.607	84.350
					Dividendos adicionais propostos		-	1.080	31.620
					Prejuízos acumulados		(3.155)	(24.009)	(30.636)
					Total do patrimônio líquido	14	551.695	519.178	673.834
Total dos ativos		663.553	633.484	783.749	Total dos passivos e do patrimônio líquido		663.553	633.484	783.749

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
			(Reapresentado)
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		46.711	32.474
Remuneração do ativo de contrato de concessão		38.259	41.367
Receita operacional líquida	19	84.970	73.841
Pessoal		(2.819)	(2.655)
Serviços de terceiros		(4.939)	(2.029)
Material		(707)	(9.903)
Depreciação e amortização		(250)	(211)
Outros custos operacionais, líquidos		(462)	(293)
Custos operacionais	20	(9.177)	(15.091)
Lucro Bruto		75.793	58.750
Pessoal		-	(10)
Serviços de terceiros		(799)	(1.063)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.198)	(1.509)
Despesas operacionais	20	(1.997)	(2.582)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		73.796	56.168
Receitas financeiras		3.106	2.566
Despesas financeiras		(405)	(272)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	2.701	2.294
Lucro antes dos impostos e das contribuições		76.497	58.462
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.354)	(6.644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.461)	(3.668)
Imposto de renda e contribuição social	15	(12.815)	(10.312)
Lucro líquido do exercício		63.682	48.150
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	18	0,14199	0,10736

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	63.682	(Reapresentado) 48.150
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	63.682	48.150

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Incentivo fiscal			
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		588.500	-	84.350	31.620	(30.636)	673.834
Redução de capital		(140.000)	-	-	-	-	(140.000)
Aprovação de dividendos adicionais propostos - AGO de 30/04/2019		-	-	-	(31.620)	-	(31.620)
Dividendos Intercalares pagos		-	-	-	-	(31.186)	(31.186)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.150	48.150
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal		-	876	-	-	(876)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	9.257	-	(9.257)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.080	(1.080)	-
Compensação de prejuízos acumulados		-	(876)	-	-	876	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	14	448.500	-	93.607	1.080	(24.009)	519.178
Aprovação de dividendos adicionais propostos - AGO de 30/04/2019		-	-	-	(1.080)	-	(1.080)
Dividendos Intercalares pagos		-	-	-	-	(30.085)	(30.085)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.682	63.682
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal		-	1.984	-	-	(1.984)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	12.743	-	(12.743)	-
Compensação de prejuízos acumulados		-	(1.984)	-	-	1.984	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14	448.500	-	106.350	-	(3.155)	551.695

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		62.682	(Reapresentado) 48.150
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7 e 20	25	-
Amortização de direito de uso	7 e 20	225	211
Provisões para contingências	13	-	168
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 19	(38.259)	(41.367)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 19	(18.170)	(16.473)
Receita de implementação de infraestrutura	6 e 19	(41)	759
Receita de aplicação financeira	21	(2.091)	(2.368)
Imposto de renda e contribuição social	15	12.815	10.312
Tributos diferidos	19	(4.215)	(3.840)
Juros passivo de arrendamento	7 e 21	52	65
Provisão de parcela variável		(1.662)	1.061
Custo de implementação de infraestrutura	20	-	(753)
		<u>12.361</u>	<u>(4.075)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão	6	98.973	95.870
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(4.484)	2.952
Redução (aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		2.131	(607)
(Aumento) nas outras contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos		(352)	(335)
(Aumento) Redução nos fornecedores		(2.510)	2.733
Aumento (redução) nas taxas regulamentares		523	(699)
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		(982)	(640)
		<u>93.299</u>	<u>99.274</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>105.660</u>	<u>95.199</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.756)	(2.836)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>99.904</u>	<u>92.363</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		47.630	116.319
(Adições) no imobilizado e intangível		(43)	(37)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		<u>47.587</u>	<u>116.282</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de passivo de arrendamento	7	(264)	(228)
Redução de Capital		-	(140.000)
Dividendos pagos	12	(31.165)	(62.806)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(31.429)</u>	<u>(203.034)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>116.062</u>	<u>5.611</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	6.850	1.239
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	122.912	6.850
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>116.062</u>	<u>5.611</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2004, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 kV e 230 kV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como das demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do Decreto de Outorga de Concessão, de 3 de abril de 2006, e do Contrato de Concessão nº 001/2006 firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em de 27 de abril de 2006, por um prazo de 30 anos. A construção da linha de transmissão foi iniciada em agosto de 2006 e concluída em maio de 2008.

A ATE III é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 1º de abril de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita), visto que no modelo anterior utilizava a WACC regulatória estabelecida pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$4.441 para o exercício de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$53.778 negativos para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo						
Outros ativos circulantes não afetados	163.919	163.919	-	272.589	272.589	-
Total do Ativo Circulante	163.919	163.919	-	272.589	272.589	-
Ativo de contrato de concessão	545.650	463.278	(82.372)	595.516	505.729	(89.787)
Outros ativos não circulantes não afetados	6.287	6.287	-	5.431	5.431	-
Total do Ativo Não Circulante	551.937	469.565	(82.372)	600.947	511.160	(89.787)
Total do Ativo	715.856	633.484	(82.372)	873.536	783.749	(89.787)
Passivo						
Outros passivos circulantes não afetados	18.050	18.050	-	13.377	13.377	-
Total do Passivo Circulante	18.050	18.050	-	13.377	13.377	-
Impostos e contribuições diferidos	71.513	46.097	(25.416)	70.133	42.429	(27.704)
Tributos diferidos	53.543	45.924	(7.619)	58.069	49.764	(8.305)
Outros passivos não circulantes não afetados	4.235	4.235	-	4.345	4.345	-
Total do Passivo Não Circulante	129.291	96.256	(33.035)	132.547	96.538	(36.009)
Capital social	448.500	448.500	-	588.500	588.500	-
Reserva de lucros	118.935	93.607	(25.328)	107.492	84.350	(23.142)
Dividendos adicionais propostos	1.080	1.080	-	31.620	31.620	-
Prejuízos acumulados	-	(24.009)	(24.009)	-	(30.636)	(30.636)
Total do Patrimônio Líquido	568.515	519.178	(49.337)	727.612	673.834	(53.778)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	715.856	633.484	(82.372)	873.536	783.749	(89.787)

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	35.247	32.474	(2.773)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	31.865	41.367	9.502
Receita Operacional Líquida	67.112	73.841	6.729
Custos operacionais	(15.091)	(15.091)	-
Resultado Bruto	52.021	58.750	6.729
Despesas operacionais	(2.582)	(2.582)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	49.439	56.168	6.729
Resultado financeiro	2.294	2.294	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	51.733	58.462	6.729
Impostos e contribuições	(8.024)	(10.312)	(2.288)
Resultado líquido do exercício	43.709	48.150	4.441

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	43.709	48.150	4.441
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	43.709	48.150	4.441

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldos em 1º de janeiro de 2019	727.612	673.834	(53.778)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado líquido do exercício	43.709	48.150	4.441
Outros itens não afetados	(202.806)	(202.806)	-
Total do Patrimônio Líquido	568.515	519.178	(49.337)

Fluxo de Caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado líquido do exercício	43.709	48.150	4.441
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(31.865)	(41.367)	(9.502)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(18.560)	(16.473)	2.087
Impostos e contribuições	8.024	10.312	2.288
Tributos diferidos	(4.526)	(3.840)	686
Outros itens não afetados	95.581	95.581	-
Fluxo de caixa operacional	92.363	92.363	-
Fluxo de caixa de investimento	116.282	116.282	-
Fluxo de caixa de financiamento	(203.034)	(203.034)	-
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	5.611	5.611	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 7,58% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

3.3. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Subvenção e assistência governamentais

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, na destinação do resultado do exercício.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia opta pela aplicação da isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	16	19
Aplicações financeiras	122.896	6.831
	122.912	6.850

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	101,14% do CDI	104% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundo de investimentos</u>		
FIC de FI Pampulha	-	45.539
Ativo circulante	-	45.539
<u>Taxa de rentabilidade acumulada</u>		
FIC de FI Pampulha	-	103,08% do CDI

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, 100% por meio do FIC de FI

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Pampulha fundos não exclusivos, administrados e geridos pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de "aplicações" da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Adição	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2020
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Parauebas - PA	559.265	41	38.259	18.170	(98.973)	516.762
Circulante	95.987					98.246
Não circulante	463.278					418.516

Linha de transmissão	01/01/2019 (Reapresentado)	Adição (*)	Remuneração	Correção Monetária	Recebi-mento	31/12/2019 (Reapresentado)
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Parauebas - PA	598.053	(759)	41.367	16.473	(95.869)	559.265
Circulante	92.324					95.987
Não circulante	505.729					463.278

(*) A Companhia entende que os investimentos realizados em melhorias nos exercícios anteriores a 2019 não terão recebimento de RAP, mediante a este entendimento, a Companhia realizou a reversão do montante de R\$753 para o custo de O&M.

Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura- Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e as avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020			Ciclo 2019-2019		
Resolução 2.725 de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019			Resolução 2.408 de 28/06/2018		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
127.711	(724)	126.987	125.389	(4.507)	120.882	119.808	(4.360)	115.448

7. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamento de automóveis. Os prazos de arrendamento variam entre 12 e 36 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia, também, possui arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

a) Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos.

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	Ajuste por remensuração	31/12/2020
Automóveis	695	-	(225)	45	515
Ativo Não Circulante	695	-	(225)	45	515

Direito de Uso	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Amortização	31/12/2019
Automóveis	906	(211)	695
Ativo Não Circulante	906	(211)	695

b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Contraprestação paga	Ajuste por remensuração	31/12/2020
Automóveis	743	52	(264)	45	576
	743	52	(264)	45	576
Circulante	252				270
Não circulante	491				306

Passivo de Arrendamento	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Juros incorridos	Pagamentos	31/12/2019
Automóveis	906	65	(228)	743
	906	65	(228)	743
Circulante				252
Não circulante				491

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Automóveis	22	45	202	359	-	628

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2020	2019
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	225	211
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	52	65
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	7	4
Total reconhecido no resultado	284	280

8. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva global de reversão - RGR (i)	272	330
Taxa de fiscalização - TFSEE (ii)	243	241

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MM, e Projetos de P&D) (iii)	3.553	2.974
	4.068	3.545

(i) O valor referente ao período de julho de 2020 a junho de 2021 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 2.403, de 14 de agosto de 2020. (ii) O valor referente ao período de julho de 2020 a junho de 2021 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 2.212, de 28 de julho de 2020. (iii) No exercício de 2020, a ATE III não realizou despesas de projetos de P&D (R\$ 600 em 2019).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	1.679	5.709
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	-	491
Outros	484	251
Ativo circulante	2.163	6.451
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.168	4.659
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.758	2.369
INSS, FGTS, ISS e ICMS	1.132	1.593
Outros	44	41
Passivo circulante	12.102	8.662

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	3.736	3.571
IRPJ sobre prejuízos fiscais	4.389	4.389
	8.125	7.960
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (b)	(55.683)	(54.057)
Efeito líquido no balanço		
Passivo - IRPJ e CSLL	(47.558)	(46.097)

Referem-se às diferenças temporárias sobre: (a) provisões de rateio de antecipação; e (b) valores referentes à aplicação do CPC47.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2021	2022	2023	Total
Diferenças temporárias	3.210	263	263	3.736
Prejuízos fiscais	1.463	1.463	1.463	4.389
	4.673	1.726	1.726	8.125

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Passivo (a)	41.709	45.924

(a) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

12. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber - OCR e Outras Contas a Pagar - OCP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

a) Ativos e receitas

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com a Controladora						
1	OCR x - reembolso de despesas - TAESA	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
2	OCR x - reembolso de despesas - São Gotardo	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
3	OCR x - reembolso de despesas - São Pedro	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Reembolso de despesas - Taesa	1	10	-	-
2	Reembolso de despesas - São Gotardo	5	-	5	-
3	Reembolso de despesas - São Pedro	1	-	-	-
		7	10	5	-

b) Passivos e despesas

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com a Controladora						
1	OCP x Outras despesas - Serviços de Operação e Manutenção	R\$226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m./ Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.	Contrato prorrogado e objeto alterado para operação e manutenção. A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
2	OCP x Outras Despesas - Serviços de "back-office"	R\$27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do despacho ANEEL nº 1.665/2019.
3	OCP x - reembolso de despesas	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	Comodato de equipamentos	N/A	27/05/2019 a 31/12/2020 ou 10 dias após solicitação neste sentido	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	O valor do aluguel em caso de não devolução no prazo acordado será de R\$ 100,00 por dia de atraso.
Transações com empresa ligada						
5	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa).	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de operação - Taesa x ATE III	253	89	2.857	518
2	Serviços de "back-office" - Taesa x ATE III	28	27	330	321
3	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	45	17	-	-
5	Previdência privada Forluz - Custo	-	-	24	5
		326	133	3.211	844

II – Dividendos a pagar

	31/12/2019	Adição	Pagamento	31/12/2020
Dividendos a pagar a Taesa	-	31.165	(31.165)	-

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos adicionais	2019	20/04/2020	AGO	26/05/2020	1.080
Dividendos intercalares	2020	15/05/2020	AGE	28/05/2020	13.504
Dividendos intercalares	2020	12/08/2020	AGE	26/08/2020	6.563
Dividendos intercalares	2020	11/11/2020	AGE	25/11/2020	10.018
					31.165

III - Remuneração dos diretores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos trabalhistas e cíveis (faixa de servidão) em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$1.047.

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	1.611	1.611
	1.611	1.611

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível pela Administração da Companhia, era de R\$11.176, referentes a causas fiscais no valor de R\$5.226 e a causas cíveis no valor de R\$5.949 (R\$5.303 em 31 de dezembro de 2019 referentes a causas fiscais e R\$5.949 referente a causas cíveis). Não tendo, dessa forma, passivos contingentes das causas trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas são:

- Execução fiscal ajuizado para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$3.845. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Auto de infração, no valor histórico de R\$1.117, lavrado, pela Receita Federal, sob a alegação de que a empresa não teria comprovado a efetividade dos serviços prestados pelas empresas Telvent Operadora de Sistemas Elétricos e Cotesa Engenharia Ltda., razão pela qual não poderia deduzir de sua base de Imposto de Renda e de CSLL, referentes ao ano-calendário de 2008, as despesas decorrentes das atividades de operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica.
- Cobrança da diferença do ICMS recolhido quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à ATE III pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor depositado em juízo era de R\$ 1.338.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$448.500, representado por 448.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro - (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins. Esses incentivos foram concedidos pela SUDAM e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base 2027.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	63.682	48.150
Prejuízos acumulados	(24.009)	(30.636)
Lucro (prejuízo) líquido residual a destinar	39.673	17.514
- Reserva legal (5%)	(1.984)	(876)
- Reserva de incentivo fiscal	(12.743)	(9.257)
- Dividendos intercalares pagos	(30.085)	(31.186)
- Dividendos adicionais propostos	-	(1.080)
- Prejuízos acumulados	(5.139)	(24.885)
Compensação de prejuízos acumulados	2020	2019
- Prejuízos acumulados - 01/01/2019	-	(53.779)
- Reserva legal - 01/01/2019	-	23.143
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	(30.636)
- Lucro líquido do exercício - 31/12/2019	-	30.636
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	(24.885)
- Reserva legal - 31/12/2019	-	876

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Compensação de prejuízos acumulados	2020	2019
- Prejuízos acumulados - 01/01/2020	(24.009)	(24.009)
- Lucro líquido do exercício - 31/12/2020	24.009	-
- Prejuízos acumulados - 31/12/2020	(5.139)	-
- Reserva legal - 31/12/2020	1.984	-
- Prejuízos acumulados - 31/12/2020	(3.155)	-

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real.

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.354)	(6.644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.461)	(3.668)
	(12.815)	(10.312)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil, incluindo-se entra elas os ajustes decorrentes das leis nº 11.638/07, 11.941/09 e Lei nº 12.973/14.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	76.497	58.462
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(26.009)	(19.877)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	12.743	9.257
Incentivo fiscal IRPJ - Outros (Rouanet, Audiovisual e outros)	780	522
Outros	(329)	(214)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no	(12.815)	(10.312)
Alíquota efetiva	16%	17%

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM

Em 30 de junho de 2009, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu o Laudo Constitutivo nº 60/2009, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. O benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada nos Estados do Pará e Tocantins.

Em 31 de dezembro de 2018, o Ministério de Integração Nacional, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu os Laudos Constitutivos nº 222/2018, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. O benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada nos Estados do Pará e Tocantins. Os incentivos têm validade até o ano 2027 e impõem algumas obrigações e restrições: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	AXA Seguros	20/09/20 a 19/09/21	10.000	-	4
Risco operacional	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21		77.476	296
Seguro veículos - Frota	Tokyo Marine	06/03/20 a 05/03/21 (*)	100% Tabela FIPE	-	12
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguros	18/09/20 a 18/09/21	40.000	-	4

(*) Seguro renovado com a vigência entre 06/03/2021 e 05/03/22 e prêmio de R\$11.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

17.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

17.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	-	45.539
- Aplicações financeiras de curto prazo	122.896	6.831
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	16	19
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	13.395	7.249
	136.307	59.638
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.425	3.935
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	972	2.134
	2.397	6.069

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

17.4 Risco de mercado

17.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

17.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	4,50%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 12 de Março de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	122.896	2.151

17.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

17.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

17.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

17.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	122.896	6.831	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	-	45.539	Nível 2

18. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	63.682	48.150
Quantidade de ações ordinárias	448.500	448.500
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,14199	0,10736

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	38.259	41.367

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

	2020	2019 (Reapresentado)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	18.170	16.473
Operação e manutenção	40.916	39.653
Receita de implementação de infraestrutura (a)	41	(759)
Parcela variável (b)	1.511	(9.944)
Outras receitas	-	87
Receita operacional bruta	98.897	86.877
PIS e COFINS correntes	(12.819)	(11.660)
PIS e COFINS diferidos	4.215	3.840
Encargos setoriais (c)	(5.323)	(5.216)
Deduções da receita	(13.927)	(13.036)
Receita Operacional líquida	84.970	73.841

	2020	2019 (Reapresentado)
Margens das obrigações de performance		
Operação e Manutenção – O&M		
- Receita	40.916	39.653
- Custos	(9.177)	(15.091)
Margem (R\$)	31.739	24.562
Margem percebida (%)	78%	62%

	2020	2019 (Reapresentado)
Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL		
Receita operacional bruta	98.897	86.877
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	448	(4.410)
Receita operacional bruta tributável	99.345	82.467

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura". (b) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(1.490)	(1.390)
-Benefícios	(701)	(724)
-FGTS e INSS	(628)	(551)
Pessoal	(2.819)	(2.665)
- Custo de implementação de infraestrutura (a)	-	753
- O&M	(408)	(10.615)
- Outros	(299)	(41)
Materiais	(707)	(9.903)
Serviços de terceiros	(5.738)	(3.092)
Depreciação e amortização	(250)	(211)
Outros custos e despesas operacionais	(1.659)	(1.802)
Total custos e despesas	(11.173)	(17.673)

(a) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura", e (ii) o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação de infraestrutura".

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Custos com materiais: custos oriundos de construção, reforços, manutenção e operação de linhas de transmissão.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia, despesas com consultorias, serviços gráficos, manutenção de veículos, viagens, auditoria e serviços de vigilância e limpeza.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, material de consumo, seguros, doações a entidades cíveis e patrocínios cultural e artístico.

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	2.091	2.368
Outras receitas financeiras	1.015	198
Receitas financeiras	3.106	2.566
Juros de arrendamentos	(52)	(65)
Outras despesas financeiras	(353)	(207)
Despesas financeiras	(405)	(272)
	2.701	2.294

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 100% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (86% em 31 de dezembro de 2019).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12 – Partes Relacionadas.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Serviço de Operação dos ativos - A Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações. Os valores de passivo e custo foram apresentados na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas.

Compensação ambiental:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

- Trecho Marabá-Carajás - Cumprida toda a compensação ambiental requerida, restando apenas o recebimento da quitação formal por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará - SEMA-PA.
- Trecho Itacaiúnas-Colinas - Houve desembolsos de R\$1.403 até 31 de dezembro de 2019, restando uma provisão de R\$384, que será utilizada conforme determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Licenças ambientais				
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Outras informações
Itacaiúnas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Marabá - Carajás	10275/2016	28/12/2016	27/12/2021	-

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de capital - Em 11 de março de 2021 a AGE da Companhia aprovou a redução do capital social no valor de R\$145.000. Em 15 de março de 2021 a AGE foi publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro e aguardará o prazo 60 dias da publicação para proceder com o registro da referida ata na Junta Comercial do Rio de Janeiro, conforme art. 174 da Lei nº 6.404/76.

Diretoria	
Nome	Cargo
Fábio Antunes Fernandes	Diretor Administrativo – Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49